

RECLAMAÇÃO Nº 37.149 - PR (2018/0341594-0)

RECLAMANTE : OLINDA APARECIDA DE OLIVEIRA SOARES
ADVOGADOS : MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA - PR019095
JOAO LUIZ ARZENO DA SILVA - PR023510
FLÁVIO JOSÉ SOUZA DA SILVA E OUTRO(S) - PR030860
RECLAMADO : TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE
JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS
INTERES. : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de reclamação, *"com fulcro na Resolução nº 12/2009 desta Egrégia Corte Superior"*, na qual a parte reclamante indicou como decisão reclamada *"r. decisão proferida pelo Presidente da Colenda Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais, no Incidente Nacional de Uniformização de Jurisprudência nº 5012110-16.2018.4.04.7000"* (fls. 3).

Alega o reclamante que a decisão contraria a jurisprudência consolidada nessa Corte Superior.

É o relatório.

Aduz o reclamante que a decisão reclamada teria negado seguimento ao agravo à Turma Nacional de Uniformização e que o acórdão proferido no Mandado de Segurança n. 5012110-16.2018.4.04.7000 (*...no qual foi negada a segurança pretendida, com base no entendimento da Colenda Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência sobre o assunto, no sentido de ser plenamente aplicável a proporcionalização da aposentadoria nas gratificações de desempenho - fl. 4*) " deve ser cassado, porque contraria a jurisprudência do STJ.

Entende cabível a presente reclamação, já que:

(...) o v. acórdão proferido pela Colenda Turma Nacional de Uniformização nos autos do mandado de segurança nº 5012110-16.2018.4.04.7000 é irrecorrível, nos termos do artigo 15, § 2º, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, restando, portanto, a Reclamada, a propositura da presente Reclamação, para ver preservado entendimento desta Corte Superior.

Vê-se, portanto, que o reclamante visa, em verdade, a cassação do acórdão proferido no mandado de segurança pela 1ª Turma Recursal do Paraná, Juiz Federal Relator Gerson Luiz Rocha, não havendo nos autos qualquer decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização.

Nada obstante, no julgamento da Questão de Ordem no AgRg na Rcl 18.506/SP, a Corte Especial deste Sodalício aprovou proposta de resolução sobre a delegação de competência para o processo e julgamento das reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por turma recursal estadual e a jurisprudência deste Tribunal Superior.

Por tal razão, a Resolução 12/2009, que regulava o processamento das aludidas reclamações no âmbito deste Superior Tribunal de Justiça, foi revogada por meio da Emenda Regimental 22, de 16.3.2016.

Sobreveio, então, a Resolução 3, de 7.4.2016, dispondo sobre a competência para processar e julgar as mencionadas ações constitucionais, cujo artigo 1º encontra-se assim redigido:

Art. 1º Caberá às Câmaras Reunidas ou à Seção Especializada dos Tribunais de Justiça a competência para processar e julgar as Reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por Turma Recursal Estadual e do Distrito Federal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, consolidada em incidente de assunção de competência e de resolução de demandas repetitivas, em julgamento de recurso especial repetitivo e em enunciados das Súmulas do STJ, bem como para garantir a observância de precedentes. (s.g.)

No caso dos autos, como visto, a reclamante se insurge contra acórdão proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais do Paraná, o que revela a incompetência deste Superior Tribunal Sodalício para apreciar a presente ação constitucional.

Ainda que assim não fosse, igualmente descabida a reclamação contra suposta decisão proferida pelo Presidente da Turma Nacional de Uniformização por contrariedade a jurisprudência dominante no STJ, neste sentido, por todos:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. ACÓRDÃO RECLAMADO PROFERIDO PELA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - TNU. SUPOSTA DIVERGÊNCIA COM JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE OU SUMULADA DO STJ. POSSIBILIDADE DE RECURSO DIRIGIDO A ESTA CORTE SUPERIOR. ART. 14, § 4º, DA LEI N. 10.259/2001. NÃO CABIMENTO DA RECLAMAÇÃO. SUCEDÂNEO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Nos termos dos arts. 105, inc. I, alínea "f", da CF e 187 do RISTJ, a reclamação destina-se a preservar a competência deste Tribunal ou garantir a autoridade das suas decisões. É um meio de impugnação de manejo limitado, que não pode ter seu espectro cognitivo ampliado, sob pena de se tornar um sucedâneo recursal.

2. No sistema dos Juizados Especiais Federais, não é cabível reclamação diretamente contra decisão de turma recursal ou da própria Turma Nacional, com a finalidade de discutir contrariedade à jurisprudência

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

dominante ou sumulada do STJ.

3. É que há a previsão legal de recurso específico contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, qual seja, o pedido de uniformização dirigido a esta Corte Superior, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001.

4. Assim, ao STJ somente competirá, em momento posterior, a análise de eventual divergência entre o acórdão da Turma Nacional de Uniformização com a sua jurisprudência dominante ou sumulada, acerca de questões de direito material, descabendo a interposição de reclamação, como no caso em exame.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt na Rcl 33.658/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/12/2017, DJe 01/02/2018)

Ante o exposto, com fundamento na Resolução 3/2016, e no artigo 34, inciso XVIII, *a*, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **não conheço** da reclamação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator